

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT21.024

A GÊNESE DA AVALIAÇÃO EXTERNA EM LARGA ESCALA NO ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS INICIAIS: PANORAMA DO CENÁRIO BRASILEIRO E CEARENSE

Lucilane Ferreira Silva¹
Adéle Cristina Braga Araújo²
Emanoel Rodrigues Almeida³

RESUMO

A gênese da avaliação diz respeito aos tempos passados, com diferentes momentos, autores, contextos e funções. No cenário de avaliações, provas e instrumentos avaliativos, eis que surge a avaliação externa em larga escala no sistema educacional. Também chamada de sistemática, ela se manifesta em amostral e censitária e se refere a uma rede de ensino participante da prova. No estado do Ceará, temos o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará como modelo dessa avaliação. Esta pesquisa pretende identificar a gênese da avaliação, situando a avaliação externa em larga escala e o seu atravessamento no cotidiano escolar brasileiro e cearense nos anos iniciais do ensino fundamental. A aplicação da avaliação, o monitoramento educacional, o acompanhamento pedagógico, a análise dos resultados, os planos de intervenções e o Prêmio Escola Nota 10 estão entre os pontos mais comuns e difundidos no referido contexto educacional. Sendo assim, este estudo é constituído pela pesquisa bibliográfica e documental, considerando uma leitura do compasso informativo reflexivo, detalhando terminologias, espaço cronológico, conceitos, reflexões e dados coletados acerca da temática abordada.

- 1 Mestra pelo Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente do Instituto Federal de Educação do Ceará - IFCE, lucilane.portugues@yahoo.com.br;
- 2 Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará - UFC, adele.araujo@ifce.edu.br;
- 3 Doutor em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará - UFC, emanoel.almeida@ifce.edu.br;

As considerações finais denotam nos resultados alcançados que a prova externa em larga escala, especificamente o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará da Alfabetização, consolida uma política de prestação de contas e gerencialismo da educação, em que o estado capitalista usa a pseudopolítica de incentivo à educação e mensuração do nível de alfabetização dos alunos para disfarçadamente gerenciar o processo de aprendizagem, conduzindo-o mecanicamente a uma proficiência numérica ao ser submetido a um teste externo com base em recorte da matriz curricular e avaliado pela teoria de resposta ao item. Dessa forma, na trajetória de investigação, encontra-se a pedagogia do exame, presente na prova externa em grande escala, em contraponto à pedagogia da avaliação, presente na caminhada educacional dos alunos, uma dualidade entre a competição na proficiência dos indicadores educacionais e a democratização no processo.

Palavras-chave: Gênese, Avaliação Externa, Spaece, Spaece-Alfa, Alfaletramento.

INTRODUÇÃO

No que diz respeito às gerações da avaliação, segundo os estudos de Guba e Lincoln (1989), elas são classificadas em uma evolução histórica acerca do conhecimento em quatro gerações, sendo elas, respectivamente: mediação (de 1800 a 1930), descrição (de 1930 a 1960), negociação (de 1960 a 1970) e julgamento (de 1970 a 2000). Já nos trabalhos de Bouchard e Fontan (2008), incrementa-se uma quinta geração de avaliação, chamada de avaliação como construção social (de 2000 a 2020). Neste estudo, não nos deteremos detalhadamente às gerações supracitadas, contudo destacamos que, por volta do século XXI, despontam, a nível mundial, as manifestações mais próximas do que é hoje o sistema de prova externa e em larga escala.

No Brasil, foi a partir da década de 1990 que as avaliações ganharam maior visibilidade e prática contínua no cenário educacional nacional. Afinal, o que são essas provas e/ou avaliações externas? Remetem a avaliações externas ou provas externas? Eis a questão. No sentido literal, temos provas externas que utilizam atividades mecânicas para classificar alunos e escolas, promovendo *ranqueamento* nas redes e premiação das turmas/redes/alunos, mas com a simbólica ideia de que elas monitoram o processo educacional e promovem intervenções durante todo o ano letivo, para promoção da qualidade educacional, assim, denominam-se avaliações.

A avaliação externa em larga escala, também chamada de sistemática, manifesta-se em amostral e censitária. A avaliação externa se refere a uma rede de ensino participante da prova. Já a avaliação em larga escala diz respeito ao envolvimento de muitos alunos. Em síntese, Fonseca *et al.* (2015) afirmam que a avaliação externa em larga escala, entre outras características, como o próprio nome já fala por si só, é alheia ao ambiente escolar, visto que seu planejamento, elaboração, execução e correção são administrados por empresas ou similares contratadas pelas redes de ensino para operacionalizar essa ação.

Nesse cenário de provas externas, temos o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), que, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), trata-se de um teste internacional trianual que avalia e compara os resultados entre países.

Conhecer e compreender a gênese e a evolução da avaliação externa em larga escala no contexto educacional brasileiro é crucial para refletir sobre seus efeitos diretos e indiretos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso,

é fundamental avaliar se o foco nas avaliações externas pode desviar a atenção de uma formação integral do aluno, promovendo uma educação pautada na proficiência numérica, em detrimento de uma abordagem mais holística do aprendizado. Esta pesquisa, portanto, reflete sobre a necessidade de oferecer uma análise crítica sobre como esses mecanismos de avaliação influenciam o sistema educacional. Ao investigar o impacto dessas avaliações, será possível identificar tanto os benefícios quanto os desafios enfrentados pelas escolas.

METODOLOGIA

Trata-se uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental, levando em conta uma abordagem reflexiva e informativa. Esse enfoque possibilita o detalhamento de terminologias, a identificação de um recorte cronológico, bem como a análise de conceitos, de reflexões e de dados coletados relacionados à temática em questão.

Contando com as fases de estudo teórico, análise documental e análise dos dados coletados, o estudo partiu das leituras realizadas e do estudo com fichamento de materiais já publicados condizentes com a temática, como artigos, teses e dissertações encontradas no Google Acadêmico e na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), bem como dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do QEdU e do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd) também foram utilizados neste trabalho, conduzindo as reflexões críticas e constituindo, assim, o caráter qualitativo, explicativo e bibliográfico do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As avaliações externas possuem várias características que as diferenciam de outras formas de avaliação, especialmente as realizadas internamente pelas escolas. O vocábulo matriz de referência é empregado na ambiência das provas externas em larga escala. Sua função é elucidar a base teórica das atividades nos exames, assinalando as habilidades que serão mensuradas quantitativamente por meio dos itens. Não podemos esquecer que as matrizes de referência são um recorte do currículo, sendo a realização do exame parcial, visto que não são contempladas todas as habilidades do ano letivo em curso.

O Inep, criado em 1937 para orientar políticas públicas em educação, passou a se envolver a partir de 1980 com a Avaliação do Sistema, criando um programa de avaliação do rendimento escolar de alunos de 1º e 2º graus. De forma amostral em escolas do 1º grau da rede pública, diferentes cidades, em um total de 69 municípios de alguns estados da federação, participaram da prova, depois mais 29 municípios também foram submetidos à avaliação.

O trabalho de Sousa, Pontes Junior e Leite (2021) apresenta um estudo minucioso acerca do Programa de Expansão e Melhoria da Educando no Meio Rural (Edurural), considerado como um dos precursores mais fortes da avaliação externa brasileira. De acordo com os autores, “[...] a avaliação do Edurural consolidou-se como uma das primeiras experiências de avaliação do rendimento escolar realizada no Brasil [...]” (Sousa; Pontes Junior; Leite, 2021, p. 111-112). Assim, o Edurural, por meio do Decreto nº 85.287, de 1980, que institui no Ministério da Educação (MEC) parceria entre o Governo Federal e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), recebendo investimento (financiamento) na ordem de 92 milhões de dólares. O programa, que foi planejado nos anos de 1978 e 1979 e lançado em 1980, durou até 1987. Um de seus objetivos era combater o analfabetismo de jovens e adultos, bem como fomentar melhorias na qualidade educacional. Ele contemplava capacitação dos professores, assistência técnica, produção de material didático/materiais de ensino-aprendizagem, mobílias e equipagem das escolas, mas não interferia na estrutura física dos prédios.

No geral, foram aplicados testes de avaliação externa quatro vezes durante o período de vigência do programa, em 1981, 1983, 1985 e 1987 (neste último ano apenas no Ceará), em apenas três estados da região Nordeste: Ceará, Pernambuco e Piauí, em alunos de 2ª e 4ª série selecionados aleatoriamente. As atividades da prova contemplavam os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, sendo elaborados a partir dos planos das secretarias de educação dos estados e dos seus técnicos, professoras, diários de classe, livros didáticos das disciplinas, cadernos dos alunos. Durante a execução do Edurural, o programa enfrentou dificuldades de logística e limitações financeiras, até ser extinto.

Os anos 1980 contaram com algumas tentativas de estabilização das provas em larga escala. Em 1987, o MEC realizou outro teste, desta vez avaliação do rendimento escolar. Na ocasião, selecionaram-se 10 estados com suas capitais para a aplicação do teste. No ano posterior, 1988, conforme Werle (2014), o

MEC continuou investindo na avaliação em larga escala ao realizar um teste-piloto nos estados de Paraná e Rio Grande do Norte. Por meio do consolidado dos dados coletados nesses testes, foi criado o Sistema de Avaliação da Educação Brasileira (Saeb), que posteriormente, mais precisamente em 1990, receberia a nomenclatura de Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Na década de 1990 e 2000, estabeleceu-se um sistema de teste padronizado no Brasil. A criação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 1998, com a finalidade de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica, tornou-se um dos maiores programas de acesso à universidade, por meio de outros programas como o Programa Universidade Para Todos (Prouni), o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e o Programa de Financiamento Estudantil (Fies). A partir de 2000, o Brasil foi incluído no Pisa, sendo avaliados a cada triênio os alunos com 15 anos que estavam concluindo o Ensino Fundamental (EF). Já em 2002, foi criado o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e, em 2007, surgiu o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), agregando em um único indicador: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações, ou seja, dados sobre aprovação escolar oriundos do Censo Escolar e das médias de desempenho no Saeb compõem o indicador da qualidade da educação em nosso país.

O quadro a seguir, construído a partir de leituras realizadas no Portal do MEC e no *site* da Secretaria da Educação do Ceará (Seduc), apresenta os principais elementos do Saeb, do Pisa e das demais avaliações considerando seus dados históricos no Brasil a partir de 1990.

Quadro 1 – Principais avaliações externas em larga escala a nível nacional na esfera do alfabetamento, criadas de 1990 a 2020

1990 a 2000		
Prova	Saeb.	Pisa.
Data de criação	1990.	2000.
Público-Alvo	1990 e 1993: alunos das 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do EF. 1995 a 2001: alunos da 4ª e 8ª séries do EF e 3ª série do Ensino Médio (EM). 2013: alunos do 5º e 9º anos do EF e 3º do EM.	Alunos com 15 anos (término do ensino fundamental).
Periodicidade	Bianual, em anos ímpares.	Triannual.

Forma de realização	1990: Escolas públicas (amostral). 2015: Escolas públicas (amostral) – Escolas particulares (estratos censitários). 2017: Escolas públicas (obrigatório) – Escolas particulares (Facultativo).		Amostral.	
Componente curricular avaliado	1990: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais e Redação. 2015 a 2019: Língua Portuguesa e Matemática.		Leitura, Matemática, Ciências e os questionários.	
Detalhamento	1995 a 2001: Adoção da Teoria de Resposta ao Item (TRI). 2005: Portaria ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, reestrutura o Saeb. 2013: Mudança de nomenclatura.		Permite que cada país avalie os conhecimentos e as habilidades de seus estudantes em comparação com os de outros países, aprenda com as políticas e práticas aplicadas em outros lugares e formule suas políticas e programas educacionais visando à melhora da qualidade e da equidade dos resultados de aprendizagem.	
Vigência	Até 2019, sofrendo adaptações em 2020 e seguindo em um novo padrão.		Até o presente momento, 2024.	
2001 a 2010				
Prova	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc).	Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb).	Prova Brasil.	Provinha Brasil.
Data de criação	2005.	2005.	2005.	2008.
Público-Alvo	Alunos do 5º e 9º anos do EF.	Alunos de 4ª e 8ª séries / 5º e 9º ano do EF e 3ª série do EM.	Alunos de 4ª e 8ª séries / 5º e 9º anos do EF.	2º ano do EF da rede pública brasileira.
Periodicidade	Bianual.	Bianual.	Bianual em anos ímpares.	No início e no final do ano letivo.
Forma de realização	Censitária.	Amostral.	Censitária.	Censitária.
Componente curricular avaliado	Portuguesa (leitura) e Matemática.	Língua Portuguesa (leitura) e Matemática.	Língua Portuguesa, Matemática e Questionários Socioeconômicos (alunos, gestores e professores).	Português e Matemática.

Detalhamento	Conhecida como a Prova Brasil. Só participam as escolas públicas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nos anos avaliados. Os resultados eram disponibilizados por escola e por ente federativo.	Avalia escolas e alunos das redes públicas e privadas do país que não atendem aos critérios de participação da Anresc/ Prova Brasil em áreas urbanas e rurais. Não divulga resultados por escola e por municípios. Seus resultados são apresentados para o país como um todo, para as regiões geográficas e unidades da federação.	Aplicada em escolas que tinham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. Oferecia resultados por escola, município, unidade da federação e país. Cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Responsável: Inep.	Caráter diagnóstico e de monitoramento. O material era distribuído pelo Inep para as secretarias estaduais e municipais. A aplicação da Provinha era de responsabilidade de cada município. Os resultados ficavam na escola.
Vigência	Extinta em 2019.	Extinta em 2019.	Extinta em 2019.	Extinta em 2019
2011 a 2020				
Prova	Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)		Novo Saeb	
Data de criação	2013.		Adaptado em 2018. Portaria de Implementação em 2021.	
Público-Alvo	Alunos do 3º ano do EF.		2020: alunos do 2º (amostral), 5º e 9º anos do EF (censitário) e 3ª série do EM (censitário). Novo Saeb. 2021: Secretários de educação, gestores e professores da Educação Infantil.	
Periodicidade	Anual.		Bianual, em anos ímpares.	
Forma de realização	Censitária.		2021: Rede pública. Educação Infantil: Amostral 2º ano: Amostral. 5º e 9º anos: Censitária. 3ª série do EM: Censitária. 2021: Rede privada, Saeb é facultativo.	
Componente curricular avaliado	Língua Portuguesa (20 itens, 17 de múltipla escolha e 3 de produção escrita). Matemática (20 itens de múltipla escolha). Questionários (aos servidores).		2021: Questionários (Educação Infantil, 2º, 5º e 9º anos do EF e 3ª série do EM). Língua Portuguesa e Matemática (2º, 5º e 9º anos do EF e 3ª série do EM). Ciências Humanas e Ciências da Natureza (9º ano).	

Detalhamento	Avaliava a qualidade, equidade e eficiência do ciclo de alfabetização das redes públicas. Responsável: Inep.	Portaria nº 458, de 5 de maio de 2020. Artigo 5º - BNCC, PNA, DCNs e EM. Nova Matriz BNCC, 2º ano do EF. Nova Matriz BNCC, 9º ano do EF, Ciências Humanas e Ciências da Natureza. Contribui para o indicador da qualidade da educação – IDEB. Atualmente engloba Prova Brasil, ANA, Anresc e Aneb em uma única prova.
Vigência	Extinta em 2019.	Até o presente momento, 2023.

Fonte: Elaborada pelos autores [2024].

Após conhecermos um pouco mais sobre as provas externas a nível nacional, principalmente para as turmas do EF, iremos continuar nosso estudo sobre a gênese da avaliação, dessa vez, no estado do Ceará, contemplando os antecedentes do Spaece, bem como os pontos fundamentais da política de governo das provas externas cearenses. A coleção “30 anos do Spaece”, composta por três livros, apresenta a história não só do Spaece, mas de seus antecedentes, bem como produções acadêmicas que abordam a temática.

De acordo com os estudos de Costa e Vidal (2022), de Magalhães Júnior, Lima e Farias (2013), de Lima (2007) e de Silva e Andriola (2023), a criação da Seduc bem como a realização de programas nacionais e estaduais colaboraram com a formação do atual sistema de provas externas cearenses.

Costa e Vidal (2022) destacam como um dos pontos relevantes no universo das provas externas em larga escala no Ceará o papel da ex-secretária de educação Maria Luiza Chaves, uma professora e pesquisadora da Universidade Estadual do Ceará (UECE) que instigou, orientou e batalhou pela pesquisa e avaliação. Em sua gestão, criou o Departamento de Pesquisa e Avaliação, ampliando o núcleo de pesquisa.

Magalhães Júnior, Lima e Farias (2013) traçam como precursores da avaliação em larga escala cearense, chamando-os de programas de avaliação, os seguintes feitos:

- Avaliação da situação atual do Ensino Agrícola - 1978;
- Estudos avaliativos de programas em desenvolvimento no meio rural -Polo Nordeste-Sertões de Quixeramobim e Médio Jaguaribe -1980;
- Avaliação do desempenho do professor na utilização do material de ensino-aprendizagem Cartilha da Ana e do Zé - 1982;
- Edurural (1981-1983-1985);

- Avaliação do Projeto de Desenvolvimento de Colônias de Pesca-Mundaú-Trairi- Ceará - 1987.

Lima (2007), em sua sistematização, também lista algumas ações, como programas, estudos, pesquisas e similares no estado do Ceará que antecederam o que, atualmente, denominamos de avaliação externa em larga escala. A elaboração e realização dessas ações contaram com diversas parcerias, entre elas, a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Fundação Carlos Chagas (FCC), o Inep, o MEC, a Seduc, entre outras. Tais ações antecederam a criação a nível nacional do Saeb e do Spaece a nível estadual, traçando o caminhar das políticas em provas externas. Mesmo que nem todos os estudos e avaliações aplicados estivessem diretamente relacionados à avaliação educacional, contribuíram para os posteriores estudos, pesquisas e programas na área da avaliação educacional.

Ainda segundo Magalhães Júnior, Lima e Farias (2013, p. 60): “Nessa época a avaliação voltava-se apenas ao rendimento escolar com o objetivo de fomentar uma cultura avaliativa no Estado do Ceará com origem em um sistema permanente de avaliação”. Mais uma vez, percebemos a relação entre o Saeb e a criação do Spaece, em que o primeiro impulsionou e orientou a criação do sistema estadual cearense de avaliação que conhecemos hoje. São histórias que cruzam e se complementam. Atualmente o estado do Ceará é visto, a nível nacional brasileiro, como um modelo de programas de políticas públicas educacionais a partir do Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic) e seus desdobramentos, como o Spaece. Ano após ano, os indicadores educacionais apresentam dados consolidados que traçam uma crescente da educação cearense, com ênfase na alfabetização na idade certa.

Segundo o trabalho de Ramos, Costa e Camarão (2023), a gestão Cid Gomes, por meio da Lei Estadual nº 13.875, de 2007, legaliza a Gestão por Resultados (GPR). O artigo 1º da referida lei já apresenta a GPR focada em eficiência, eficácia e efetividade a partir de diversos critérios. A Secretaria da Educação, por sua vez, deve entre outras atribuições, por essa GPR “[...] desenvolver mecanismos de acompanhamento e avaliação do sistema de ensino público, com foco na melhoria de resultados educacionais” (Ceará, 2021). E uma das formas, possivelmente, a principal, acontece por meio do monitoramento dos resultados das provas externas em larga escala aplicadas nas escolas cearenses. Os autores ainda relatam uma sequência de governos estaduais cearenses que vêm desenvolvendo a GPR desde a matriz gerencialista, remontando a um

grupo de empresários organizados em torno do Centro Industrial do Ceará (CIC) desde 1985.

O estudo de Lima (2007, p. 107) afirma que: “Para melhor compreender as políticas e concepções sobre avaliação educacional, implementadas pela Secretaria da Educação Básica no Ceará, é oportuno reportar-se à história da própria criação da Secretaria de Educação”. A produção de Costa e Vidal (2022, p. 15) pontua que: “A avaliação externa é irreversível e necessária nos sistemas de ensino, por isso cada município deverá, cada vez mais, fortalecer o processo avaliatório”. Dessa forma, conhecer, compreender e analisar as políticas educacionais no campo da avaliação externa em larga escala é fundamental na comunidade escolar. Assim, traçaremos a seguir alguns dos pontos relevantes nesse processo de criação, implementação e estruturação da Seduc, conforme os trabalhos de Costa e Vidal (2022) e Lima (2007). Vejamos:

Quadro 2 – Marcos da trajetória da avaliação externa em larga escala no Ceará

Período	Marco legal	Ação	Detalhamento
1916	Lei nº 1.375, de 14 de setembro de 1916 com publicação no dia 15 de setembro de 1916.	Criação da Inspeção Geral de Instrução Pública.	Formada por “um inspetor geral, um secretário, um primeiro oficial, um segundo oficial, dois amanuenses, um almoxarife-arquivista, um porteiro e um contínuo”. Não abordava a avaliação na perspectiva de sistema educacional.
1945	Decreto-Lei nº 1.440, de 12 de dezembro de 1945, publicado no mesmo dia.	Criada a “Secretaria de Educação e Saúde do Ceará”.	Não registrava nenhum setor específico de pesquisa ou avaliação.
1961	Lei nº 5.427, de 27 de junho de 1961, publicada no Diário Oficial de 28 de junho de 1961.	Realização da divisão da Secretaria de Educação e Saúde em “Secretaria de Educação e Cultura” e “Secretaria de Saúde e Assistência”.	Pela primeira vez, figura na estrutura organizacional da Secretaria de Educação a nomenclatura “pesquisa”, associada a planejamento. As novas secretarias abrangeram as seções: Seção de Assistência Odontológica, Seção de Planejamento, Seção de Estatística Educacional, Biblioteca Especializada e Biblioteca do Estudante Cearense.

Período	Marco legal	Ação	Detalhamento
1963	Lei nº 6.759, de 13 de novembro de 1963, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 1963.	Realização de uma reorganização na Secretaria de Educação e Cultura, enumerando os órgãos em níveis estruturais e modalidades funcionais.	Órgãos de assessoramento o Gabinete de Secretário, Assessoria Técnica e o “Departamento de Estudos e Pesquisas” (explicita a função e o desejo institucional pelo desenvolvimento de atividades neste campo). Órgãos de administração e execução ficam: Comissão de Coordenadoria, Departamento de Ensino de 1º Grau, Departamento de Ensino de 2º Grau, Departamento de Assistência Escolar, Departamento de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, Departamento de Prédios e Aparelhamento, Departamento de Cultura e Departamento de Administração.
1966	Lei nº 8.541, de 9 de agosto de 1966, publicada no Diário Oficial de 10 de agosto de 1966.	Realização da separação da Secretaria de Educação e Cultura, instituindo, assim, a Secretaria de Cultura.	É mantida a mesma estrutura organizacional na Secretaria de Educação, com alguns remanejamentos de divisões, a exemplo da “Divisão de Biblioteconomia e Documentação”, que passa para a alçada do “Departamento de Estudos e Pesquisas”.
1971	Decreto nº 9.452, de 21 de junho de 1971, publicado no Diário Oficial de 22 de junho de 1971.	Realização de uma reestruturação organizacional da Secretaria de Educação e desaparece o Departamento de Estudos e Pesquisas.	Restou somente a “Divisão de Estatística e Documentação”, que passa a incorporar, juntamente com outras divisões, o “Departamento de Apoio e Assistência Educacional”. Os termos “estudos” e/ou “pesquisas” são abolidos por completo neste novo desenho organizacional.
1974	Decreto nº 10.745, de 2 de abril de 1974, publicado no Diário Oficial em 2 de abril de 1974.	Não houve qualquer alteração ou menção em relação às atividades de estudos e/ou pesquisas educacionais no organograma organizacional de 1971.	-

Período	Marco legal	Ação	Detalhamento
1976	Decreto nº 11.788, de 26 de março de 1976, publicado em 30 de março de 1976.	Apresenta-se com cinco tipos de órgãos, aos quais se vinculam os departamentos e centros, dentre eles o Departamento de Apoio Técnico (DAT), enquanto órgão de apoio técnico-administrativo.	-
1976	Decreto nº 12.067, de 24 de setembro de 1976, publicado no dia 27 de setembro de 1976.	Apresenta de forma mais detalhada a composição dos diversos departamentos.	O DAT, composto por cinco coordenações: "Coordenação de Estudos e Pesquisas Pedagógicas, Coordenação de Currículo e Programas, Coordenação de Supervisão Pedagógica, Coordenação de Orientação Educacional e Coordenação de Inspeção Escolar". O retorno de "Estudos e Pesquisas" enquanto órgão que integra a Secretaria de Educação é uma forma de valorização e apoio a esta atividade.
1975 em diante	-	A pesquisa teve destaque.	Convênio com a UFC, com a finalidade de qualificar toda a equipe técnica da pesquisa, por intermédio de um curso de pós-graduação em Metodologia Científica da Pesquisa Educacional.
1975 em diante	-	Realização de pesquisas.	Em parceria com a UFC e outras instituições, a exemplo da FCC e do Inep/MEC, foram desenvolvidas várias pesquisas.
1980 (década)	-	Desenvolvimento de várias pesquisas avaliativas em consequência da política de dotação de insumos proposta pelo MEC.	Construção e ampliação de escolas, materiais de ensino-aprendizagem, sobretudo para a zona rural, "treinamento" para professores, distribuição de merenda escolar, etc.
1987	Decreto nº 18.638, de 28 de setembro de 1987, publicado no Diário Oficial de 30 de setembro de 1987.	Definição de uma nova estrutura organizacional para a Secretaria de Educação.	-

Período	Marco legal	Ação	Detalhamento
1990	-	Implementação do Primeiro Ciclo do Saeb, em 1990. O Ceará tem reconhecida participação por ser um dos poucos estados do Brasil a elaborar o relatório com dados específicos do estado, coletados pelo Saeb, num trabalho articulado com a UFC	-
1991	-	Criação do “Núcleo de Estudos, Pesquisas e Documentação”.	Vinculado à “Coordenadoria de Planejamento”, órgão de assessoramento, e, paralelamente, institui o “Departamento de Avaliação do Ensino”, ligado à “Diretoria de Desenvolvimento Curricular”, órgão de execução programática.
1992	-	Realização da Avaliação do Programa de Capacitação de professores de 1ª a 4ª Séries do 1º Grau das Escolas Estaduais do Ceará.	Com o propósito de avaliar o impacto do referido programa no sentido de verificar se seus objetivos e metas estavam sendo alcançados.
1993	-	Realização pela Seduc, via Centro de Treinamento e Desenvolvimento (Cetrede) / UFC da Avaliação das 4ª séries das escolas públicas do estado do Ceará.	Como uma das ações integrantes do segmento de gestão do II Projeto de Educação Básica para o Nordeste.
1995	Decreto nº 23.722, de 29 de junho de 1995, publicado no Diário Oficial de 30 de junho de 1995.	Elevação do setor de avaliação ao <i>status</i> de coordenadoria.	De acordo com a nova estrutura organizacional da Secretaria da Educação.
1995 (1995-1998)	-	Criação e desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Sustentável.	Na área da Avaliação, este plano estratégico sinaliza para a necessidade de mecanismos avaliativos, através da manutenção de um sistema permanente de avaliação do desempenho do sistema de ensino e do projeto pedagógico da comunidade escolar.

Período	Marco legal	Ação	Detalhamento
1997	Decreto nº 24.667, de 10 de outubro de 1997, publicado no Diário Oficial de 15 de outubro de 1997.	Apresentação de mudança na estrutura organizacional da Seduc.	A Coordenadoria de Avaliação e Inovação Educacional é transformada no Núcleo de Pesquisa e Avaliação Educacional, sendo vinculado à Coordenadoria de Desenvolvimento Técnico Pedagógico, conhecidos respectivamente por NPA e CDTP.
1999 (Segundo semestre)	-	O NPA passa a integrar, ainda que informalmente em termos de modificação da estrutura, a Coordenadoria de Planejamento e Política Educacional (CPPE).	-
2000	Portaria nº 101/2000.	Passa a se denominar oficialmente o Spaece.	-
2001	Lei nº 13.203, de 21 de fevereiro de 2002, publicada no Diário Oficial de 25 de fevereiro de 2002	Criação do Prêmio Educacional “Escola do Novo Milênio – Educação Básica de Qualidade no Ceará”.	-

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Costa e Vidal (2022) e em Lima (2007).

No ano de 1992, na gestão do governador Ciro Gomes (1991-1994) e na administração da secretaria de educação de Maria Luiza Chaves, o estado do Ceará instituiu o sistema de avaliação do Ceará, chamado inicialmente de “Avaliação do Rendimento Escolar dos Alunos de 4ª e 8ª Séries”, passando a ser conhecido nos meios escolares como “Avaliação das Quartas e Oitavas”, posteriormente denominada “Avaliação da Qualidade do Ensino”, a qual, mais tardiamente, especificamente em 1996 e consolidada em 2000, oficialmente recebeu a nomenclatura de Sistema Permanente da Avaliação da Educação Básica do estado (Spaece).

Hoje o Spaece é realizado anualmente de forma censitária nas turmas de 2º ano (Língua Portuguesa e Questionário Socioeconômico – este último respondido pelos pais), 5º ano (Língua Portuguesa e Matemática) e 9º ano (Língua Portuguesa,

Matemática e Questionário Socioeconômico do EF e 3ª série do EM (Língua Portuguesa, Matemática e Questionário Socioeconômico).

A criação do Spaece foi impulsionada pelo Saeb, bem como pela criação do Departamento de Pesquisa e Avaliação por Maria Luiza Chaves, além das reivindicações dos professores por dados específicos das turmas avaliadas, uma vez que o Saeb não trazia esses dados locais. Com o passar dos anos, o Spaece teve mudanças e adaptações. Na atualidade é uma política de Estado atrelada ao Paic Integral.

Quadro 3 – Percurso da avaliação externa em larga escala no Ceará (Spaece)

Quando?	O quê?	Onde?	Com quem?
1992	Criação e realização da prova externa cearense com a “Avaliação do Rendimento Escolar dos Alunos de 4ª e 8ª Séries” - “Avaliação das Quartas e Oitavas” (posteriormente denominada “Avaliação da Qualidade do Ensino”).	Rede Estadual do Ceará. (um município: Fortaleza).	4ª e 8ª do EF. Censitária. 10.590 alunos da 4ª série. 4.010 alunos da 8ª série. Turnos manhã e tarde. 157 escolas localizadas na capital cearense.
1993	Realização da avaliação do sistema “Avaliação da Qualidade do Ensino”	Rede Estadual do Ceará. Fortaleza e a sede das 14 Delegacias Regionais da Educação (Dere)	4ª e 8ª do EF. 22.886 alunos, sendo 16.605 alunos da 4ª série e 6.281 alunos da 8ª série. 246 escolas públicas estaduais urbanas dos municípios-sede das 14 Dere. 152 localizadas em Fortaleza e 94 no interior. Escolas, 236 tinham a 4ª série e 127 a 8ª série do 1º grau.
1994	Realização da avaliação do sistema “Avaliação da Qualidade do Ensino”.	Rede Estadual do Ceará. Fortaleza e a sede das 14 Dere.	4ª e 8ª do EF. 21.812 alunos, sendo 16.317 alunos da 4ª série e 5.495 alunos da 8ª série do 1º grau. 244 escolas públicas estaduais dos municípios-sede das Delegacias de Ensino do Ceará, das quais 150 em Fortaleza e 94 no interior. 244 escolas, 235 possuíam a 4ª série do EF e 127 tinham a 8ª série do EF.

Quando?	O quê?	Onde?	Com quem?
1995	Realização Avaliação da Qualidade do Ensino. Bianual - anos pares. Saeb Bianual - anos ímpares na 4ª e 8ª série do EF.	Não ocorreu a realização da prova.	Não ocorreu a realização da prova.
1996	Realização do Spaece. Teoria Clássica dos Testes (TCT) e TRI. Questionário Socioeconômico. Avaliação institucional das escolas – 1ª etapa. Lei nº 12.612 (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS).	Rede Estadual do Ceará. 27 municípios: sendo os 21 municípios- sede das recém-criadas Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (Crede), mais cinco municípios integrantes do processo de municipalização (Fortim, Icapuí, Jucás, Maranguape e Marco) e o município de Limoeiro do Norte, que antes era sede de Dere.	4ª e 8ª do EF. 17.576 alunos da 4ª série e 7.677 alunos da 8ª série do EF; 327 escolas da rede estadual situadas na zona urbana.
1998	Realização do Spaece. Avaliação institucional das escolas – 2ª etapa.	Rede Estadual do Ceará. Escolas estaduais dos municípios-sede das 21 Crede, sendo agregados mais dois municípios por região, de acordo com a densidade populacional, ou seja, o menor município e um de porte médio.	4ª e 8ª do EF. 407 escolas de 61 municípios. 39.710 alunos, sendo 25.704 alunos da 4ª série / 2º ciclo do EF e 14.006 alunos da 8ª série do EF.
2000	Realização do Spaece.	Não aconteceu o Spaece por problemas burocráticos.	
2001	Realização do Spaece. Spaece-Net. Programa Internet na Escola. Premiação de servidores e alunos. Criação do Prêmio Escola do Novo Milênio.	Rede Estadual do Ceará (160 municípios).	8ª série do EF e 3ª série do EM. 7.820 alunos da 8ª série do EF e 4.720 alunos da 3ª série do EM. Todas as escolas estaduais pertencentes às 21 Crede, sendo 424 escolas de EF e 250 escolas de EM, em um total de 160 municípios.
2002	Realização do Spaece-Net. Rede Estadual do Ceará. Programa Internet na Escola.	Rede Estadual do Ceará (179 municípios).	8ª do EF e 3ª do EM. 11.238 alunos da 8ª série de 372 escolas de EF e 12.020 alunos da 3ª série de 390 escolas de EM. 548 escolas, 179 municípios, distribuídos nas 23 Crede.

Quando?	O quê?	Onde?	Com quem?
2003	Realização do Spaece. Spaece-Net. Programa Internet na Escola. Premiação de servidores e alunos.	Rede Estadual do Ceará (184 municípios).	8ª série do EF e 3ª série do EM. 8.557 de alunos de 8ª do EF e de 3ª série do EM.
2004	Realização do Spaece. Criação do Prêmio Escola Destaque.	Rede Estadual e Municipal do Ceará (184 municípios).	4ª e 8ª séries do EF e 3ª série do EM. 2.631 escolas da rede pública estadual e municipal. 187.577 alunos das 4ª e 8ª séries do EF e da 3ª série do EM, sendo 72.812 da rede estadual e 114.765 da rede municipal.
2005	Reformulação do Spaece. Política do Accountability.		
2006	Realização do Spaece.	Rede Estadual e Municipal do Ceará.	4ª e 8ª séries do EF e 3ª série do EM.
2007	Realização do Spaece. Alteração na Lei do ICMS. Criação do Paic. Criação do Spaece- Alfa.	Rede Estadual e Municipal do Ceará (184 municípios).	2ª, 4ª e 8ª séries do EF e 3ª série do EM. Criação do Spaece-Alfa.
2008	Realização do Spaece.	Rede Estadual e Municipal do Ceará (184 municípios).	2º, 5º e 9º anos do EF e 1ª, 2ª e 3ª séries do EM.
2009	Realização do Spaece. Criação do Prêmio Escola Nota Dez.	Rede Estadual e Municipal do Ceará (184 municípios).	2º e 5º anos do EF e 1ª, 2ª e 3ª séries do EM.
2010	Realização do Spaece.	Rede Estadual e Municipal do Ceará (184 municípios).	2º, 5º e 9º anos do EF e 1ª, 2ª e 3ª séries do EM; Educação de Jovens e Adultos (EJA) (Anos Finais - AF e EM).
2011	Realização do Spaece. Inclusão do 5º ano na Lei do ICMS.	Rede Estadual e Municipal do Ceará (184 municípios).	2º, 5º e 9º anos do EF e 1ª, 2ª e 3ª séries do EM – EJA (AF e EM).
2012	Realização do Spaece.	Rede Estadual e Municipal do Ceará (184 municípios).	2º, 5º e 9º anos do EF e 1ª, 2ª e 3ª séries do EM - EJA (AF e EM).
2013	Realização do Spaece.	Rede Estadual e Municipal do Ceará (184 municípios).	2º e 5º anos do EF; 1ª série do EM e EJA (AF e EM). Amostral: 9º ano do EF; 2ª e 3ª séries do EM.
2014	Realização do Spaece.	Rede Estadual e Municipal do Ceará (184 municípios).	2º, 5º e 9º anos do EF; 1ª série do EM e EJA (AF e EM). Amostral: 2ª e 3ª séries do EM.

Quando?	O quê?	Onde?	Com quem?
2015	Realização do Spaece. Inclusão do 9º ano na Lei do ICMS.	Rede Estadual e Municipal do Ceará (184 municípios).	2º, 5º e 9º anos do EF; 1ª e 3ª séries do EM e EJA (AF e EM).
2016	Realização do Spaece.	Rede Estadual e Municipal do Ceará (184 municípios).	2º, 5º e 9º anos do EF; 1ª e 3ª séries do EM e EJA (AF e EM).
2017	Realização do Spaece.	Rede Estadual e Municipal do Ceará (184 municípios).	2º, 5º e 9º anos do EF; 1ª e 3ª séries do EM e EJA (AF e EM).
2018	Realização do Spaece. EJA (AF e EM).	Rede Estadual e Municipal do Ceará (184 municípios).	2º, 5º e 9º anos do EF; 1ª e 3ª séries do EM.
2019	Realização do Spaece.	Rede Estadual e Municipal do Ceará (184 municípios).	2º, 5º e 9º anos do EF; 1ª e 3ª séries do EM e EJA (AF e EM).
2020	Realização do Spaece.	Não aconteceu o Spaece. Período pandêmico. Aulas remotas.	
2021	Realização do Spaece.	Não aconteceu o Spaece. Período pandêmico. Aulas remotas.	
2022	Realização do Spaece.	Rede Estadual e Municipal do Ceará (184 municípios).	2º, 5º e 9º anos do EF; 3ª série do EM.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Caed (2023), Ceará (2022) e Lima (2007).

Em decorrência do período pandêmico com aulas remotas, nos anos de 2020 e 2021 não tivemos a realização do Spaece. Em 2022, no início do ano letivo contamos com a aplicação do Spaece Diagnóstico ou de Entrada e, em novembro, foi realizada a prova de saída, ou Spaece Padrão, ambas no mesmo ano de 2022. Na primeira edição, foi constatado um decréscimo no crescimento dos anos anteriores da avaliação. Descritores básicos, antes já consolidados, retornaram ao quadro de habilidades críticas. Após um ano de intenso trabalho voltado para a recomposição das aprendizagens, os resultados da segunda aplicação do Spaece mostraram uma ascendência no crescimento da proficiência dos alunos.

Afinal, o que é o Spaece-Alfa e quais os objetivos propostos nessa avaliação da alfabetização? De acordo com Ceará (2007, p. 10), “O Spaece-Alfa tem como foco central a investigação do processo de alfabetização, bem como verificar a eficácia das ações pedagógicas decorrentes das avaliações implementadas pelos municípios [...]”. Assim emerge o Spaece-Alfa, em contextos de analfabetismo e tentativas de intervenções, monitoramentos e melhorias no processo de alfabetização dos educandos do EF.

A Seduc, o Caed e a Célula de Avaliação Educacional e Desempenho Acadêmico (Ceade), mesmo em meio a incertezas e raras experiências em avaliar alfabetização, planejaram e realizaram a primeira edição do Spaece-Alfa.

A aplicação do Spaece, desde seus primórdios, buscava a visibilidade da prova. Quando da aplicação do Spaece, a imprensa era convidada a frequentar os locais de aplicação de provas e entrevistar os participantes do Spaece, em seguida a notícia era divulgada nos meios de comunicação, em especial na TV Verdes Mares. A prova acontecia antes das provas finais do ano letivo (ainda segue esse modelo), no período normal das aulas (também ainda segue esse modelo). Chamada de Dia D da Avaliação, a aplicação do Spaece era realizada por aplicadores e supervisores treinados (continua da mesma forma) e, por fim, toda a ação de preparar e aplicar a prova externa em larga escala era acompanhada pela equipe da Seduc, que monitorava os especialistas elaboradores da prova. Hoje o Spaece é planejado, elaborado e aplicado pelo CAEd e tem os resultados divulgados pela mesma instituição.

A aplicação censitária da avaliação externa contemplou todos os 184 municípios cearenses com os seus 145.383 alunos das turmas de 2º ano do EF. Ressalta-se aqui que as turmas de 2º ano do EF com número inferior a cinco alunos eram reagrupadas para efeito de aplicação dos testes. Foram cerca de 5.921 pessoas engajadas nesse processo de aplicação. Observemos as especificidades desse quantitativo na Tabela 1.

Tabela 1 – Número de escolas, turmas e alunos por rede abrangidos pelo Spaece-Alfa em 2007

Rede	Nº de escolas	Nº de turmas			Nº de alunos
		Regulares	Multisseriadas	Total	
Estadual	93	141	52	193	2.925
Municipal	5.325	5.025	3.272	8.297	142.458
Total	5.418	5.166	3.324	8.465	145.383

Fonte: Ceará (2007, p. 10).

A prova aplicada foi elaborada por profissionais da área da alfabetização com base na matriz de referência preliminar da avaliação diagnóstica do Paic, na matriz de referência do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com a versão preliminar da matriz da Provinha Brasil do MEC/Inep. Ela era organizada em dois eixos: apropriação do sistema de escrita e leitura, assim como contemplava 21 descritores.

O caderno de prova contava com 24 itens, que avaliavam do descritor 1 ao 17, sendo que os descritores 18 ao 21 foram deixados para anos posteriores, visto que contextualizam com conteúdos do ano anterior à prova. Os resultados coletados tanto por meio da TCT como da TRI foram expressos em níveis.

Os resultados alcançados nesta pesquisa denotam que a prova externa em larga escala, especificamente o Spaece-Alfa, consolida uma política de prestação de contas e gerencialismo da educação, em que o estado capitalista usa a pseudopolítica de incentivo à educação e mensuração do nível de alfabetização dos alunos para disfarçadamente gerenciar o processo de aprendizagem, conduzindo-o mecanicamente a uma proficiência numérica ao ser submetido a um teste externo com base em recorte da matriz curricular e avaliado pela TRI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conjunto com a gênese da prova externa, vem o Estado avaliador com a avaliação externa em larga escala, que estaria a serviço do projeto de governos capitalistas e/ou neoliberais, ao mesmo tempo servindo de base para a discussão de uma educação pública de qualidade, assim como representando o Estado avaliador na prestação de contas à sociedade. Nesse cenário, as políticas de avaliação são reflexos da política neoliberal, que fomenta, entre muitas outras coisas, a administração escolar como uma administração de empresa.

No Brasil, os anos 1980 foram o fervilhar para as efetivações das avaliações externas em larga escala, tornando a sua prática uma política educacional, da mesma forma que os resultados coletados formulam políticas públicas de Estado e de governo, visando, segundo os governantes, a melhorias educacionais.

O modelo de política educacional das avaliações externas em larga escala no Brasil segue exemplos internacionais e tem desdobramentos nas políticas públicas de Estado e de governo, bem como no currículo, na meritocracia, no *ranqueamento*, no financiamento, nas práticas pedagógicas e principalmente na essência da concepção de processo avaliativo.

Assim, o Spaece-Alfa busca fomentar a implantação de sistemas de avaliação municipais, favorecendo o planejamento, o desenvolvimento e o monitoramento interventivo a partir da análise de resultados. Diagnosticar a situação de aprendizagem da leitura, da escrita e da compreensão textual dos educandos das séries iniciais das redes municipais, bem como as práticas interventivas

e cooperativas entre a comunidade escolar, abrange alguns dos objetivos do referido eixo.

A avaliação externa em larga escala, particularmente o Spaece-Alfa, reforça uma política de prestação de contas e gestão educacional, em que o Estado, em um contexto capitalista, utiliza uma aparente política de incentivo à educação e de medição dos níveis de alfabetização para, de forma velada, controlar o processo de ensino. Esse controle direciona o aprendizado para um objetivo puramente quantitativo, centrado na obtenção de resultados numéricos de proficiência, através de um teste padronizado baseado em partes da matriz curricular e avaliado pela TRI. Durante a investigação, observamos o predomínio de uma “pedagogia do exame”, característica dessas provas em larga escala, contrastando com uma “pedagogia da avaliação”, que foca no percurso educacional do aluno. Isso revela uma tensão entre a busca pela competitividade nos indicadores de desempenho e a necessidade de democratização do processo educativo.

REFERÊNCIAS

BOUCHARD, M.; FONTAN, J. M. *L'économie sociale à la loupe. Problématique de l'évaluation des entreprises de l'économie sociale*. Canadá: Université du Québec à Montreal, 2008.

BRASIL. **Plano Nacional da Educação**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014.

CEARÁ. **Boletim Pedagógico de Alfabetização: SPAECE-Alfa 2007**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

CEARÁ. Decreto nº 85.287, de 23 de outubro de 1980. Cria o Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural do Nordeste - EDURURAL - NE e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Poder Executivo, Fortaleza, 23 out. 1980.

CEARÁ. **Identidade organizacional**. Fortaleza: Seduc, 2021.

CEARÁ. Lei Estadual nº 13.875 de 2007, de 7 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre o Modelo de Gestão do Poder Executivo, altera a estrutura da Administração Estadual, promove a extinção e criação de cargos de direção e assessoramento

superior, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Poder Executivo, Fortaleza, 7 fev. 2007.

COSTA, A. G.; VIDAL, E. M. Accountability e regulação da educação básica municipal no estado do Ceará – Brasil. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, v. 83, p. 121-141, 2020.

FONSECA, A. S. A. *et al.* Um novo olhar sobre as práticas avaliativas: concepções de professores do 2º ano do ensino fundamental do Ceará-Brasil. In: LEITE, R. H. (org.). **Avaliação: um caminho para o descortinar de novos conhecimentos**. Fortaleza: EdUECE, 2015. p. 105-128.

GUBA, E.; LINCOLN, Y. **Fourth generation evaluation**. Newbury Park: Sage, 1989.

MAGALHÃES JÚNIOR, A. G.; LIMA, D.; FARIAS, M. A. Política de avaliação educacional no estado do Ceará: histórico dos programas de avaliação da Secretaria de Educação Básica do Ceará (Seduc). **Tópicos Educacionais**, Recife, v. 19, n. 2, 2013.

LIMA, A. C. O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece) como expressão política pública de avaliação educacional do estado. Fortaleza: Seduc, 2007.

RAMOS, J. F. P.; COSTA, A. G.; resultados na educação do Ceará. Fortaleza, v. 13, n. 30, 2023.

CAMARÃO, V. C. Da colaboração à gestão por **Conhecer**: debate entre o público e o privado, SILVA, A. B. da; ANDRIOLA, W. B. Avaliações da educação básica em municipalidades do Ceará: 30 anos de história. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 34, 2023.

SOUSA, L. A.; PONTES JUNIOR, J. A.; LEITE, R. H. Edurural: uma experiência pioneira em avaliação em larga escala no Brasil (1980-1987). **Anuario de Historia de La Educación**, Buenos Aires, v. 22, n. 1, p. 99-114, 2021.

WERLE, F. Panorama das políticas públicas na educação brasileira: uma análise das avaliações externas de sistemas de ensino. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 27, n. 27, p. 159-179, 2014.